

EMPREENDEDORISMO JUVENIL RURAL: ESTÍMULO À PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO

Ednaldo da Silva Dantas¹
Valdemiro Conceição Júnior²
Ivana Paula Ferraz Santos de Brito³
Alana Iara da Silva Chaves⁴

RESUMO: Estimular o empreendedorismo da juventude rural, visando sua inserção no protagonismo das mudanças que ocorrem nas comunidades, torna-se, a cada dia, mais relevante para o desenvolvimento rural sustentável. O restrito acesso às políticas públicas adequadas tem deixado muitos agricultores/as familiares, em especial os/as jovens, desacreditados/as da viabilidade de suas atividades. Este texto apresenta os resultados do projeto de extensão “Empreendedorismo rural: consolidação da Empresa Júnior de Agronomia da UESB”, desenvolvido com jovens da agricultura familiar – estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães, do município de Caraíbas-BA. Foram realizadas oficinas de empreendedorismo rural e de plano de negócio agrícola, cursos de avicultura caipira e de horticultura em canteiros econômicos, fundamentados na realidade local. Oitenta e cinco jovens foram beneficiados e receberam kits com o material básico para iniciarem a implantação da avicultura caipira ou o cultivo de hortaliças em canteiros econômicos. A partir do conhecimento adquirido e dos kits que receberam, os jovens iniciaram uma atividade empreendedora própria, esperando-se, portanto, que possam desenvolver maior vínculo com o meio rural e perfazer uma renda que permita sua permanência no campo.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar. Extensão universitária. Juventude rural.

Rural youth entrepreneurship: incentivizing young people to stay in rural areas

ABSTRACT: Aiming to make it have a protagonist role in community changes, encouraging rural youth entrepreneurship increasingly becomes more important for a sustainable rural development. The restricted access to appropriate public policies have left many family farmers, in particular the young one, to discredit in the viability of their activities. This article presents the results of the extension project "Empreendedorismo rural: consolidação da Empresa Júnior de Agronomia da UESB" (Rural Entrepreneurship: consolidation of Agronomy Junior Enterprise of the Southwest Bahis State University), developed with young family farmers, who are high school students in Luis Eduardo Magalhães State College, at Caraíbas, state of Bahia, Brazil. Workshops in rural entrepreneurship and agricultural business plan, poultry and flowerbeds economic horticulture courses were held based on local realities. Eighty-five young people were benefited and received basic material kits to begin

¹ Graduando em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ednaldoagro21@hotmail.com).

² Doutor em Ciência Animal pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e integrante do núcleo dirigente do Território de Vitória da Conquista (mirocjr@gmail.com).

³ Doutoranda em Agronomia (Agricultura) na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (ivanapaulaf@yahoo.com).

⁴ Graduanda em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (alana_iara@hotmail.com).

the establishment of poultry breeding or vegetables cultivation in economic beds. Having acquired knowledge and received kits, the young people have started their entrepreneurial activity. It is expected that they can develop a better relationship with the rural areas and make up an income that will allow them to remain in the field.

KEYWORDS: Family farming. University extension. Rural youth.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar está inserida num contexto histórico de luta e resistência da classe trabalhadora em permanecer no meio rural, trabalhando e gerando sustentabilidade a suas famílias. Devido a diversos fatores limitantes, estando aí incluído o acesso restrito a políticas públicas adequadas e, conseqüentemente, a falta de consultoria e assistência técnica, em contraste com um mercado cada vez mais exigente, os agricultores e agricultoras familiares têm passado dificuldades diversas para garantir sua sobrevivência e permanência nas suas propriedades. Esses fatores têm levado muitos, em especial os jovens, a descreditarem nas possibilidades de se manterem por meio de atividades agrícolas.

Como afirmou Dotto (2011), o meio rural enfrenta atualmente, um desinteresse crescente dos jovens em permanecer na agricultura familiar; além disso, a falta de oportunidade para eles contribui para o êxodo rural, por acreditarem que centros urbanos são o melhor meio para obtenção de renda adequada.

Desse modo, Lourenzani (2006) observou que o fortalecimento da agricultura familiar tem grande importância na redução do êxodo rural, pois apresenta grande potencial de criar condições e oportunidades de trabalho através de diversificados sistemas de produção. O autor afirmou ainda que, de maneira geral, o objetivo da maioria dos empreendimentos familiares no campo é crescer de forma sustentável, aumentando sua viabilidade e preparando sua transição para a geração jovem. Sendo assim, percebe-se a necessidade de desenvolver uma visão mais empreendedora por parte do jovem rural, como forma de garantir sua permanência no campo com dignidade e qualidade de vida.

Para Campolin e Feiden (2010) a educação no campo e para o campo deve valorizar os camponeses e as vocações profissionais dos jovens junto às suas raízes. Essa constatação deve servir de base para a construção de modelos de educação específicos. Os conhecimentos adquiridos devem atender aos anseios das comunidades rurais e valorizar suas tradições, e, ao mesmo tempo, possibilitar à juventude desfrutar das novas tecnologias e desenvolver sua capacidade empreendedora, explorando atividades lucrativas e sustentáveis.

Dessa forma, o presente artigo apresenta experiências vivenciadas no desenvolvimento do projeto de extensão “Empreendedorismo rural: consolidação da Empresa Júnior de Agronomia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB”, realizado por alunos de graduação em Agronomia com jovens estudantes pertencentes a grupos de agricultura familiar do município de Caraíbas-BA. O projeto teve por objetivo compartilhar ideias empreendedoras e permitir aos jovens iniciar pequenos projetos agrícolas, de fácil implantação e baixo custo, fortalecendo as atividades produtivas locais e estimulando-os a continuar em suas comunidades rurais e a administrar seus próprios empreendimentos. Além disso, o projeto visou possibilitar aos graduandos de Agronomia novas experiências práticas e amadurecimento profissional.

Extensão universitária e Empresa Júnior

A Universidade deve ser pensada sob a égide de três pilares: ensino, pesquisa e extensão. O ensino, razão primeira da sua existência; a pesquisa, fundamental para novas descobertas nas mais diversas áreas das ciências; e a extensão, para que, além da formação acadêmica e social dos seus alunos e da construção de novos conhecimentos, propicie que a comunidade circunvizinha também seja diretamente favorecida.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que dispõe sob as diretrizes básicas da educação nacional, estabelece, no Art. 43, que a educação superior deve obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, objetivando sua integração com a comunidade, devendo, ao mesmo tempo, aperfeiçoar a ciência e a tecnologia, visando contribuir com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Nessa lógica, pensar a Universidade requer, além de refletir sobre a qualidade do ensino e da pesquisa – instrumentos essenciais para uma instituição sólida –, considerar o exercício da extensão. Essa é uma ferramenta de diálogo e inserção da sociedade no cotidiano universitário e da instituição no dia a dia da comunidade, visto que deve ser parte indissociável da discussão acadêmica e da formação profissional dos discentes. Ressalta-se que tanto os programas quanto os projetos de extensão, são formas de estimular estudantes a buscar conhecimentos e de incentivar a sociedade externa a pensar novas maneiras de entender e atender suas necessidades.

Uma das formas de acadêmicos conciliarem a formação acadêmica básica com a prática profissional nas comunidades locais é a associação a empresas juniores. Segundo Lafeuille (1997), a empresa júnior é uma associação civil sem fins lucrativos, que nasce da iniciativa de estudantes universitários. É constituída apenas por acadêmicos de graduação, que perdem o vínculo com a associação ao concluir seu curso (MATOS, 1997).

Em empresas juniores, discentes associados têm a oportunidade de desempenhar atividades profissionais enquanto ainda estão na graduação, podendo exercer e vivenciar, na prática, a teoria da sala de aula. Sangaletti e Carvalho (2004) ressaltam que a participação dos graduandos nas atividades desenvolvidas pela associação amplia conhecimentos técnicos e desenvolvem competências que garantem expressivo diferencial no mercado de trabalho, além de promover o desenvolvimento profissional e pessoal.

A juventude rural e o campo

O ingresso dos jovens rurais nas cidades vem ocorrendo cada vez mais cedo, seja para estudar ou para atividades de lazer e trabalho, fato que tem provocado mudanças no modo de vida e faz com que absorvam características dos jovens urbanos. Carneiro e Castro (2007) relataram que, além de espaços distintos e sobrepostos, trata-se, fundamentalmente, dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão substância à experiência dessa juventude e à sua inserção na sociedade, tanto urbana quanto rural.

Segundo Abramovay et al. (1998), não existem mais fronteiras entre o rural e o urbano, pois as distâncias físicas entre esses espaços ficaram diluídas, devido ao avanço e à disseminação das tecnologias de telecomunicações, à energia elétrica e à água tratada, ao acesso mais fácil aos meios de transportes em várias comunidades rurais.

Todavia, além de buscar entender os motivos que levam os jovens a deixarem o campo, é preciso proporcionar-lhes oportunidades de auferir renda em sua localidade, para que tenham a opção de migrar da terra natal por vontade própria e não por falta de opção. Como afirmou Dotto (2011), a desvalorização da vida no campo reflete um interesse maior dos jovens rurais partirem para a cidade, com o sonho de que tudo é mais fácil, inclusive as oportunidades de trabalho e diversão.

Em verdade, o problema principal decorre das atividades econômicas desenvolvidas no campo, que, muitas vezes, não possuem dinamismo suficiente para gerar postos de trabalho necessários para absorver novos trabalhadores, em especial os jovens rurais. Essa situação é ainda mais complexa, pois, segundo Carvalho (2003), as migrações de origem rural e destino urbano passaram a ser feitas, primeiro, em direção às poucas cidades de porte médio e, em seguida, para as cidades de qualquer tamanho. Os problemas enfrentados pelos migrantes tornaram-se mais graves, pois os locais de destino também não dispõem de oportunidades de trabalho para oferecer.

Os jovens rurais deparam-se, então, com uma situação bastante desafiadora, considerando a menor possibilidade de migração para outros centros e o baixo dinamismo da economia local. Vale ressaltar que as pequenas cidades do semiárido dependem da chamada “economia sem produção”, composta, geralmente, por aposentadorias e salários de funcionários públicos, bem como de programas de transferência de renda realizados pelo governo federal, como o Bolsa Família, por exemplo.

Nota-se que a permanência da juventude no campo depende da realização de novos investimentos, aquisição de tecnologias para a propriedade e diminuição do trabalho braçal (SPANVELLO, 2008). Conforme Weisheimer (2005), a participação dos jovens em diferentes projetos de capacitação e formação técnica profissional são ferramentas motivadoras para a permanência no campo e fortalecimento das suas identidades enquanto agricultores, pois viabilizam a introdução de novas técnicas nas atividades agrícolas.

Segundo a afirmação de Conceição Júnior et al. (2012), planejar o desenvolvimento rural na Bahia pressupõe o fortalecimento da agricultura familiar, e nesse contexto, é essencial incluir os jovens como futuros atores sociais do meio rural e capacitá-los para ocupar tal posição e responsabilidade. Uma dificuldade, entretanto, está no fato de que o meio rural brasileiro, em parte, ainda conserva a tradição escravista, que dissociou, em sua formação histórica, conhecimento e trabalho, de maneira que, geralmente, quem trabalha não detém o conhecimento, e quem o possui não trabalha.

Assim, pode-se dizer que o desenvolvimento rural precisa configurar-se como uma alternativa para mudar o rumo dos processos tradicionais de desenvolvimento, utilizando novas alternativas para enfrentar a desigualdade e promover a sustentabilidade. E, para acelerar esse processo, evidencia-se a importância de projetos de extensão que proporcionem o acesso a conhecimentos sobre processos produtivos e de gestão dos pequenos empreendimentos agrícolas. Esses conhecimentos terão importância fundamental, ao servirem de base para tomada de decisão frente a eventuais barreiras, que possam prejudicar o sucesso do negócio.

Sobre o projeto

As principais metas do projeto foram: a) possibilitar aos jovens rurais, estudantes do ensino médio, filhos de agricultores familiares, a oportunidade de desenvolver o seu espírito

empreendedor e, assim, transformarem desafios em possibilidades produtivas; b) contribuir para a consolidação da Empresa Júnior de Agronomia da UESB, tendo em vista sua importância para a formação plena dos graduandos do curso.

Sua execução foi viabilizada por uma parceria da UESB com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), a Empresa Júnior de Agronomia da UESB e o Colégio Estadual Luis Eduardo Magalhães (CELEM), no município de Caraíbas-BA.

O município de Caraíbas, localizado no sudoeste do estado da Bahia, semiárido nordestino, tem sua base econômica na agropecuária. Segundo o IBGE (2006), os principais produtos agrícolas cultivados são milho, feijão e mamona, destacando-se, na pecuária, a bovinocultura e a caprinocultura, ambas para corte. Assim como acontece na maior parte do estado da Bahia, a agricultura familiar tem importante representatividade na economia desse município.

De acordo com o IBGE (2013), sua população total é estimada em 10.292 habitantes, sendo cerca de 75% residente da área rural, dos quais, aproximadamente, 19% tem entre 15 e 24 anos de idade. Esse fato evidencia a importância de programas e/ou projetos que viabilizem o desenvolvimento das comunidades e de seus moradores, especialmente no intuito de atender às aspirações e às necessidades dos jovens.

Segundo Sá et al. (2008), com a barragem de Anagé, construída pelo Departamento Nacional de Combate às Secas (DNOCS) com recursos da União, a região de Caraíbas despontou como um polo produtor de frutíferas, apresentando grande potencial para gerar divisas para a economia regional e estadual. Entretanto, nota-se que a maioria dos empreendimentos relativos à produção de frutas não pertence à agricultura familiar. Pelo contrário, são de propriedade de empresários de outras cidades, que se beneficiaram da especulação imobiliária, ocorrida logo após o término das obras de barragem. Além disso, as famílias ribeirinhas não possuíam conhecimento e espírito empreendedor, e tampouco, apoio técnico e financeiro para manter e tornar produtivos seus lotes de terras.

O município dispõe de recursos ambientais para o desenvolvimento de atividades de baixo custo e fácil implantação, como: avicultura, apicultura, horticultura e piscicultura. Todavia, observa-se que seus jovens buscam na migração uma alternativa de inserção no mercado de trabalho, devido às atividades econômicas ali desenvolvidas não oferecerem dinamismo para geração de postos de trabalho suficientes.

A agricultura familiar é a principal atividade com capacidade para geração de postos de trabalho e renda nessas localidades do semiárido, tendo importância fundamental para o seu desenvolvimento econômico. Dessa forma, um incentivo para o surgimento de novas atitudes empreendedoras pode permitir que esses agricultores obtenham respostas afirmativas na geração de novos postos de trabalho, com consequente desenvolvimento social e econômico.

O apoio da FAPESB foi além do fornecimento de recursos para a aquisição do material necessário à realização das atividades. A fundação também concedeu bolsas de iniciação tecnológica para discentes associados à Empresa Júnior de Agronomia da UESB. Esses beneficiários participaram como facilitadores das capacitações direcionadas aos jovens rurais, sendo o projeto para os estudantes uma oportunidade de formação diferenciada e direcionada à realidade local. Essa formação foi alcançada por meio da participação em cursos e oficinas ministradas por profissionais com reconhecida experiência em temas como Empreendedorismo, Plano de Produção Agrícola, Elaboração e Monitoramento de Projetos, e Atividades Produtivas, como horticultura e avicultura caipira.

Primeiras ações e seleção dos beneficiários

O projeto teve início com a realização de reuniões no CELEM entre outubro e novembro de 2011, a fim de alinhar e divulgar as ações que seriam realizadas durante o ano letivo, sensibilizando e atraindo a atenção dos jovens para o empreendedorismo no campo.

Os membros da equipe executora, formada por doze pessoas, realizaram visitas individuais às propriedades dos jovens que demonstraram interesse em participar do projeto. Cada componente do grupo foi designado a passar um dia inteiro, inclusive pernoitando nessas propriedades, para que toda a família fosse devidamente informada sobre as diretrizes do projeto e também para a realização de diagnóstico das condições ambientais e dos recursos, por meio de um método denominado leitura de paisagem. Segundo Nascimento et al. (2007), essa é uma ferramenta importante na descrição e na identificação dos elementos da dinâmica da agricultura familiar e da diversidade existente.

Nessas visitas, foram aplicados 120 questionários socioeconômicos semiestruturados envolvendo temas relacionados à gestão da propriedade, ocupação do solo, preservação ambiental e empreendedorismo, para conhecimento das características sociais, econômicas, culturais e empreendedoras dos jovens. Desses, 85 foram selecionados a partir da observação *in loco* do dia a dia, da vocação produtiva da localidade, da aceitação do projeto pela família, e do espírito empreendedor de cada jovem. Esse último item, foi mensurado de acordo com a participação nas decisões e no conhecimento a respeito das atividades da propriedade, além do próprio interesse do aluno em participar do projeto.

Segundo Demo (2000), o desafio da educação é construir condições do aprender a aprender, no sentido que o aprendiz seja sujeito ativo e pensante em suas ações. Dessa forma, na extensão também devem ser adotadas metodologias que insiram o público na realização das atividades, por meio de debates construtivos, seminários participativos ou oficinas que visam o aprender no fazer.

Como afirmou Gutiérres (1993) citado por Guimarães (2009), a educação é uma ação transformadora e consciente que supõe dois momentos complementares: reflexão e ação. Nesse sentido, desde a formulação do projeto, priorizou-se a definição do formato dos cursos e oficinas, pois não se pretendia apenas levar novos conhecimentos e discutir termos técnicos com a juventude. Pelo contrário, objetivava-se a construção conjunta do aprendizado, unindo o saber acadêmico com o empírico. Uma vez que se reflete sobre casos concretos que envolvem a comunidade, certamente, torna-se mais fácil o caminho para as melhores e mais adequadas soluções dos problemas, assim como, o vislumbrar das oportunidades de negócios.

Desse modo, o diagnóstico permitiu que os cursos e as oficinas fossem fundamentados na realidade local, com abordagens que estimulassem o desenvolvimento do espírito empreendedor, o raciocínio lógico e rápido, o planejamento e a administração da propriedade rural, o trabalho em equipe e o senso criativo. Também preconizou o enfoque da conjuntura atual do campo, como êxodo e crédito rural, associativismo e cooperativismo, com cada jovem contribuindo e socializando suas experiências e conhecimentos.

Capacitações dos beneficiários

No meio rural, devido às características peculiares que o tornam mais instável, é imprescindível estar sempre inovando como forma de garantir o sucesso em termos de

sustentabilidade da produção. Segundo Chiavenato (2007), o empreendedor é o indivíduo que faz com que as coisas aconteçam, sendo ele, dotado de sensibilidade para os negócios, inteligência financeira e habilidade para identificar oportunidades.

Tendo em vista ser esse o tema central para a realização do projeto, e objetivando contribuir com o desenvolvimento dessas características nos jovens beneficiários, a primeira capacitação ministrada pelos membros da empresa júnior teve como tema Empreendedorismo Rural. Para tal, com os beneficiários divididos em grupos menores, de 25 pessoas, realizou-se a capacitação, em dois momentos distintos, porém complementares, durante os meses de maio a agosto de 2012, nos quais foram abordados os conceitos de empreendedorismo e as características do ser empreendedor, abrangendo a teoria e as atividades práticas, totalizando 16 horas.

A primeira etapa foi fundamentada em discussões sobre perfil e comportamentos dos indivíduos empreendedores, elencando as características relacionadas a planejamento e gerenciamento como instrumento de organização e obtenção de êxito nas atividades exercidas. Também foi abordada a importância do trabalho em equipe como forma de somar forças em prol de objetivos comuns e, assim, facilitar o acesso a crédito financeiro, assistência técnica, melhores preços de venda dos produtos e outros investimentos que propiciam progresso para toda a comunidade.

Na oportunidade, o diálogo foi constante, e nele, os jovens relataram suas experiências de vida, inclusive empreendedoras, com exposição de experiências mal sucedidas já vivenciadas longe da terra natal por alguns deles. Ao final dessa etapa, os jovens mostraram-se bastante entusiasmados e com subsídios necessários para a realização do segundo momento, da prática do empreendedorismo, preconizando o exercício do aprendizado adquirido. Para tanto, utilizou-se os princípios da metodologia de empreendedorismo “Sobre o Viver” do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com adaptações à realidade local.

Nessa metodologia, grupos de seis beneficiários, interpretando um pai, uma mãe, e quatro irmãos, atuam como famílias proprietárias de um imóvel rural hipotético. Há, ainda, os facilitadores, como o comerciante, que compra produtos das famílias e lhes vende insumos; o banqueiro, que financia plantios e colheitas; além do profissional de assistência técnica para consultorias. A atividade foi dividida em três turnos, que representavam os anos agrícolas, com preços de produtos, insumos e condições climáticas variando constantemente, podendo provocar lucros e perdas nas lavouras, assim, os jovens puderam exercer sua habilidade empreendedora, com vistas a aumentar a produtividade e os lucros da propriedade.

Foi nesse contexto simulatório que os jovens demonstraram o potencial empreendedor e a capacidade de trabalhar em equipe, tomando decisões importantes em relação a compras de insumos, plantios, colheitas e vendas dos produtos, sempre discutindo, analisando as oportunidades e optando pelo momento adequado de cada etapa do processo de produção agrícola. Isso fez com que obtivessem saldo positivo ao final dos anos agrícolas, demonstrando que aprenderam a importância do planejar e do trabalho em equipe para auferir maiores lucros nas atividades rurais. Posteriormente à capacitação em empreendedorismo rural, ocorreram os cursos de avicultura caipira e horticultura, onde cada jovem optou pela que possuía maior afinidade e desejo em exercer e que melhor se adequava aos recursos da propriedade da família.

Avicultura caipira

A opção por essa atividade foi principalmente por ser prática comum, ainda que de forma incipiente, na região, por possibilitar retorno financeiro satisfatório em curto período de tempo, além de possuir uma grande demanda no mercado e ser adequada às condições climáticas do município de Caraíbas-BA.

Foi observado que as criações existentes são realizadas de forma empírica, com aves de baixa produtividade, baixo rendimento de carcaça e tardios, levando até seis meses entre o nascimento e o ponto de abate. Nesse sentido, visando compartilhar com os jovens o conhecimento dos métodos apropriados à produção de aves, a capacitação também foi realizada em dois momentos distintos, totalizando dezesseis horas, com grupos de trinta beneficiários, durante os meses de setembro e outubro de 2012. Inicialmente foram abordadas as técnicas relacionadas às instalações necessárias, aquisição de pintos de um dia, manejo, sanidade, alimentação, nutrição, bem-estar animal e comercialização, com foco no mercado local e por meio de associações. Foram apresentadas e discutidas as diversas linhagens de aves caipiras melhoradas geneticamente, elencando vantagens e desvantagens, assim como suas exigências nutricionais e de conforto.

Após as discussões teóricas, para a etapa prática, os jovens foram conduzidos a uma propriedade familiar próxima, que trabalha com produção de frangos. Lá puderam verificar as instalações e os equipamentos utilizados, ter contato com as aves, vivenciar o manejo diário e ouvir o relato de experiência do proprietário da criação, o que certamente serviu de incentivo para o início dos empreendimentos.

Horticultura em canteiros econômicos

Na maioria das comunidades do município de Caraíbas-BA, exceto nas mais próximas da barragem, a água é um recurso muito escasso, por isso, fez-se a opção por cultivos em canteiros econômicos, onde há grande redução da água necessária para o cultivo e da água perdida por evaporação e/ou percolação.

Esses canteiros visam garantir a produção contínua de hortaliças e promover a segurança alimentar e a geração de renda, sendo assim chamados por preconizarem a utilização mínima da água, podendo inclusive a reutilização da água consumida nas atividades domésticas, após filtragem. São feitos com escavação nas dimensões do canteiro, até aproximadamente 0,20m de profundidade, onde é colocada uma lona plástica para evitar que a água se infiltre no solo além da zona de absorção das raízes. Um cano de PVC com pequenos orifícios e extremidades abertas a uma altura de 0,5m a 1,0m da lona é responsável pela distribuição da água na terra preparada com adubo, uma tecnologia simples e de baixo custo que diminui o consumo de água e a evaporação durante o tempo de produção (BAHIA, 2013). Posteriormente, coloca-se uma proteção a fim de impedir a entrada de terra nos canos, utilizando-se telha de argila, e irrigando conforme necessidade pelas aberturas das extremidades do cano.

Para essa capacitação um grupo formado por 25 beneficiários participaram de duas etapas que ocorreram de março a maio de 2013, totalizando 16 horas de formação. Na etapa teórica dessa capacitação, foram elencados os materiais e as ferramentas necessários para o trabalho na horta, os critérios para a escolha da área, a qualidade e a quantidade de água disponível, as espécies e as variedades utilizadas. Além disso, foram discutidas técnicas de construção do

canteiro econômico, métodos de adubação, controle de pragas, doenças e plantas daninhas priorizando o uso de produtos naturais, bem como técnicas para a colheita e comercialização. Ressaltou-se ainda a importância das hortaliças para uma alimentação saudável, rica em fibras e nutrientes.

Posteriormente à abordagem teórica, os jovens visitaram uma propriedade que produz hortaliças, onde foi possível observar as plantas em pleno desenvolvimento, construir canteiros e praticar as técnicas relacionadas ao plantio e manejo. Na ocasião, o proprietário da terra relatou sua experiência com o cultivo de hortaliças e respondeu aos questionamentos dos jovens.

Após a participação na oficina sobre empreendedorismo rural e nos cursos de avicultura caipira e horticultura, os jovens já possuíam subsídios suficientes para elaborar os seus planos de negócio⁵, com base na atividade de sua preferência e adequados à sua realidade.

Conforme capacitações anteriores, nessa também foram realizadas etapas teóricas e práticas entre abril e junho de 2013, sendo os jovens divididos em dois grupos de 30 pessoas e um de 25, totalizando 16 horas de capacitação para cada grupo. Nas primeiras horas, foram discutidos definições, princípios e importância do plano de negócio para as atividades agrícolas e apresentado um modelo, com as devidas explicações sobre todos os itens. Por nunca terem tido contato com um plano de negócio, os jovens tiveram vários questionamentos, porém com as discussões e as explicações, eles foram se familiarizando com o tema e, ao final da etapa teórica, já possuíam informações suficientes para realizarem seus planejamentos e elaborarem seus planos de negócio.

Os momentos práticos foram destinados à elaboração de um plano de negócio agrícola fundamentado nas atividades de avicultura caipira ou de horticultura, a ser implantado na propriedade de cada beneficiário. Para incentivar o trabalho em equipe foram formados grupos menores. Auxiliados pelos facilitadores, cada participante precisou construir o seu próprio plano. Com base no conhecimento adquirido, foi realizado o planejamento para implantação, gerenciamento, comercialização e continuidade da produção a médio e longo prazos, além de estudo de mercado e as possibilidades de expansão do negócio.

Após as etapas descritas foram distribuídos *kits* de materiais, equipamentos, ração inicial e 25 pintos de um dia para cada um dos 60 jovens que optaram por desenvolver criação de aves. Os 25 jovens que escolheram trabalhar com horticultura receberam *kits* compostos por materiais, equipamentos, adubos e sementes necessários para o início da atividade.

Durante o desenvolvimento do projeto verificou-se a liderança de alguns dos beneficiários do grupo, fato que contribuiu sobremaneira para que as ações fossem implementadas e realizadas.

Com objetivos de evitar problemas com a descontinuidade do acompanhamento, foi buscada a parceria com a Prefeitura local, por meio de sua Secretaria de Agricultura, que se comprometeu a acompanhar o projeto e envidar esforços para que os jovens possam participar

⁵ Plano de negócios configura-se em um projeto escrito, no qual o empreendedor realiza os estudos sobre suas ideias e os caminhos que devem ser seguidos para torná-las realidade em um empreendimento de sucesso (SEBRAE, 2013). Portanto, deve ser construído de forma criteriosa, objetivando a análise de viabilidade e o conhecimento da situação atual e futura do negócio.

do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que permitirá uma maior garantia de comercialização da produção desses jovens empreendedores rurais.

Antes mesmo dos materiais serem disponibilizados, alguns jovens, por conta própria, já haviam construído as instalações para as aves, e após a distribuição dos *kits*, todos os demais beneficiários edificaram ou ampliaram os lugares para acomodação das aves. Somente depois dos materiais entregues e das instalações preparadas é que os pintinhos foram disponibilizados e os beneficiários ficaram responsáveis pelo manejo e por dar continuidade a essa atividade produtiva.

Apesar de tudo, muitos jovens desistiram (estima-se que aproximadamente 70%). Acredita-se que devido à dificuldade de contato físico e/ou por telefone ou porque não se identificaram com as atividades. Todavia, alguns continuam com avicultura caipira, vendendo a produção em suas comunidades e até mesmo na cidade de Caraíbas-BA. No que se refere à horticultura agroecológica, os jovens continuaram com a atividade, produzindo apenas para consumo da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na execução dos trabalhos, foi possível notar e compreender as relações de afinidade e processos sociais que são estabelecidos nas comunidades, exigindo de cada extensionista a sensibilidade para entendê-las e aprofundá-las. Com a juventude, esse fato aparenta ser ainda mais importante, considerando que os jovens se encontram em um processo de grandes mudanças, tanto no corpo físico quanto no aspecto psicológico. Eles merecem, pois, mais atenção por estarem vivenciando toda uma atração exercida pela cidade como um lugar melhor para viver e conseguir bons empregos. Com o projeto, observou-se que os jovens rurais, muitas vezes, são incapazes de enxergar as oportunidades presentes no local onde moram, vivendo a ilusão de que nas cidades tudo é acessível.

A convivência com os jovens do campo (e o conhecimento de suas realidades familiares) permitiu constatar que eles ocupam papéis secundários nas propriedades e encontram muita dificuldade no acesso ao crédito e às novas tecnologias agrícolas, como é geralmente citado na literatura.

A distribuição dos *kits* com os elementos básicos para iniciar as atividades de avicultura caipira e horticultura em canteiros econômicos foi um importante e real incentivo para os beneficiários. Com o conhecimento adquirido, os jovens puderam iniciar uma atividade empreendedora própria. Espera-se, portanto, que eles possam desenvolver maior vínculo com o meio rural e perfazer uma renda que permita sua permanência no campo.

Notou-se ainda que alguns jovens destacaram-se como líderes, assumindo maiores responsabilidades em relação ao coletivo para que ações empreendedoras pudessem ser concretizadas nas comunidades. Acredita-se que esses possam ter papel fundamental na construção de organizações sociais da juventude ou mesmo substituírem a geração de seus pais na diretoria das associações de agricultores familiares existentes nas comunidades.

A realização do projeto por discentes associados à Empresa Júnior de Agronomia possibilitou a vivência da realidade do campo e da agricultura familiar, agregando à formação acadêmica conhecimento técnico e desenvolvimento profissional e pessoal. Além disso, os empresários juniores tiveram a oportunidade de aperfeiçoar e desenvolver seu lado empreendedor, por

meio de tomada de decisões durante a realização das atividades, fator de grande relevância para o seu amadurecimento profissional.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura. **Canteiros econômicos beneficiam 842 famílias do sudoeste da Bahia**. Salvador, BA: Diário Oficial do Estado, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

CAMPOLIN, A. I.; FEIDEN, A. **Educação, formação de professores e identidade camponesa**. 2010. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM142>>. Acesso em: 6 maio 2014.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CARVALHO, O. Nordeste: a falta que o planejamento faz. In: GALVÃO, A. C.; BRANDÃO, C. A.; GONÇALVES, M. F. (Org.) **Região e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas empresas. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CONCEIÇÃO JÚNIOR, V.; BRITO, I. F. S.; DANTAS, E. S. Organização socioprodutiva: impactos da implantação de cooperativas de agricultores familiares no território Vitória da Conquista, na Bahia. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 23, n. 1, p. 263-276, jan.-mar. 2013.

DEMO, P. **Conhecer e aprender**: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

DOTTO, F. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul**. 2011. 113f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) –Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

GUIMARÃES, M. C. C. Processo metodológico de planejamento participativo da unidade regional de Viçosa – EMATER-MG. In: THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. (Org.). **Agroecologia**: um novo caminho para extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290689&search=bahia|car aibas>>. Acesso em: 15 maio 2014.

_____. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 maio 2014.

LAFEUILLE, P. O movimento empresa júnior. In: MATOS, F. de. **A empresa júnior no Brasil e no mundo: o conceito, o funcionamento, a história e as tendências do movimento Empresa Júnior**. São Paulo: Martin Claret, 1997.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v. 8, n. 3, set.-dez. 2006

MATOS, F. de. **A empresa júnior no Brasil e no mundo: o conceito, o funcionamento, a história e as tendências do movimento Empresa Júnior**. São Paulo: Martin Claret, 1997.

NASCIMENTO, T. S. et al. Aspectos socioambientais da agricultura familiar na região da Transamazônica, Estado do Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2007. 1 CD.

SÁ, R. F. et al. Índice de infestação e diversidade de moscas-das-frutas em hospedeiros exóticos e nativos no polo de fruticultura de Anagé, BA. **Bragantia**, Campinas, v. 67, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

SANGALETTI, C.; CARVALHO, G. Introdução ao movimento Empresa Júnior. In: NETO, L. M. et. al. **Empresa júnior: espaço de aprendizagem**. Florianópolis: Gráfica Editora Palotti, 2004.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. 2013. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br/index.php/232-produtos-online/empreendedorismo/perguntas-frequentes/9679-o-que-e-plano-de-negocios>>. Acesso em: 16 maio 2014.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 222f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WEISHEIMER, N. Juventudes rurais: mapa de estudos recentes. In: MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Ministério da Educação, 2010.

Submetido em 31 de agosto de 2014.

Aprovado em 3 de outubro de 2014.